



**CCDR**  
ALENTEJO

# Boletim Trimestral 26



**Alentejo Hoje**

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

O Alentejo tem conhecido nos últimos anos uma crescente dinâmica de desenvolvimento económico, em resultado de projetos estruturantes, públicos e privados, quer na indústria, quer na produção de energia elétrica, quer ainda no turismo.

Numa perspetiva da sustentabilidade, importa avaliar os seus impactos sócio ecológicos com vista a corrigir e minimizar os que eventualmente se revelem negativos e a promover e potenciar os positivos, num quadro de promoção e dinamização do modelo de economia circular de modo a garantir a preservação dos recursos naturais.



# Ficha Técnica

# Índice

## Propriedade

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193  
7004-514 Évora  
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562  
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

## Diretor

- Roberto Pereira Grilo

## Diretor Executivo

- Figueira Antunes

## Conceção Gráfica e Paginação

- Gabinete de Comunicação

## Colaboradores internos

- Amável Candeias
- Carlos Almeida
- Francisco Sabino
- Jesuina Rosalino
- Jorge Pulido Valente
- Nelson Faustino
- Teresa Godinho

## Colaboradores externos

- NERPOR / AE - Associação Empresarial da Região de Portalegre - Jorge Pais, Presidente da Direcção
- Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado - Francisca Valério, Coordenadora do Projecto "Qualificação do Pão Alentejo"

## Edição

Setembro 2017

## Capa

Pão e azeitonas do Alentejo

## Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

## 4 Conjuntura Regional

## 10 Temas em destaque

Alentejo: o Desafio da Sustentabilidade

## 14 As Associações Inter-Regionais Europeias para o Desenvolvimento Regional

## 22 Perspetiva 2020

Empreendedorismo e Inovação no Alto Alentejo  
NERPOR / AE (Associação Empresarial da Região de Portalegre)

## 24 Pão Alentejano - Com todo o gosto - Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado

## 28 O Turismo como sector de alavanca da economia regional

## 34 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional Investimentos em destaque

## 38 Síntese da Execução

(Se desejar, clique nos títulos para visualizar diretamente os conteúdos.)

# Conjuntura Regional

*O mercado de trabalho regional revela uma evolução das mais favoráveis dos últimos anos, quer relativamente ao trimestre homólogo, quer ao trimestre anterior.*

De referenciar o crescimento da população activa relativamente aos dois períodos em referência, sendo de destacar o acréscimo da população empregada de 6,4%, face ao período homólogo (cerca de mais 19 mil pessoas empregadas) e de 1,5% face ao trimestre anterior (mais 5 mil pessoas empregadas).

## Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2017 - Mercado de trabalho

Indicador	2º Trimestre 2017	1º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
<b>Mercado de trabalho</b>						
População Activa (Mil.)	344,9	341,3	339,4	1,6	1,1	INE
População empregada por conta de outrem (Mil.)	315,1	310,5	296,1	6,4	1,5	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€)	811	809	795	2,0	0,2	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	55,3	54,6	54,2	2,0	1,3	INE
Taxa de desemprego (%)	8,7	9,0	12,7	-31,5	-3,3	INE
População desempregada (Milh.)	29,9	30,9	43,3	-30,9	-3,2	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	26,6	30,9	36,1	-26,3	-13,9	IEFP

Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Estes valores são coerentes com a diminuição da taxa de desemprego de 31,5% face ao período homólogo e de 3,3% face ao trimestre anterior assim como o elevado decréscimo da população desempregada e mesmo da desempregada inscrita nos serviços de emprego.

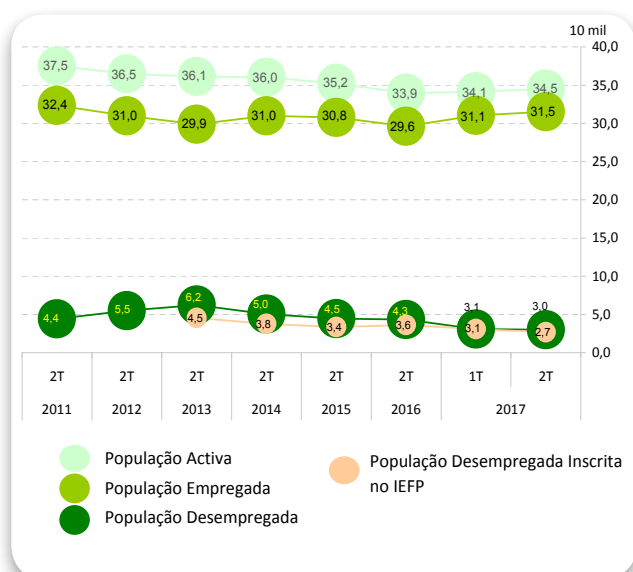
A população empregada por conta de outrem, na região, viu o seu rendimento médio mensal líquido passar de 795€ para 811€ no período de um ano, correspondendo o acréscimo havido, em relação ao trimestre anterior, a uma variação de 0,2%.

Para permitir uma percepção mais abrangente das tendências evolutivas dos indicadores, revela-se a sua evolução num período temporal mais alargado.





## População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo – Evolução de 2011 a 2017



Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Assim, a população activa manifesta uma tendência ascendente desde 2016, enquanto a população empregada já ultrapassou os valores de 2012 e a desempregada é inferior à de 2011. De salientar a tendência convergente dos últimos períodos, entre a população desempregada e a desempregada inscrita nos serviços de emprego, o que pode significar uma maior confiança da população nestes serviços.

Quanto à taxa de actividade, apesar de ter um movimento ascendente desde 2016, ainda não atingiu o valor de 2011, enquanto a taxa de emprego já ultrapassou o valor verificado nesse ano, situação muito positiva para a região.

## Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2011 a 2017



Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

A taxa de desemprego que, até 2013, revelou uma tendência convergente com a taxa de emprego (o ano de 2013 foi claramente o ano mais desfavorável), a partir desta data é notória a tendência divergente destes indicadores, sendo a taxa de desemprego em 2017 (8,7%) bastante inferior à verificada em 2011 (12,4%).



*No que se refere à habitação, continua a verificar-se a subida dos valores da avaliação bancária dos alojamentos, tendo chegado o valor do m2 a 956€, constatando-se uma variação positiva deste indicador, quer em relação ao trimestre anterior, quer ao trimestre homólogo de 2016.*

Porém, as licenças de construção continuam a revelar variações negativas, sendo no entanto de salientar que estão em causa pequenos números, cuja relevância não é significativa. A comprovar essa irrelevância, a variação indicada corresponde a menos duas licenças face ao trimestre anterior e a menos seis licenças face ao trimestre homólogo.

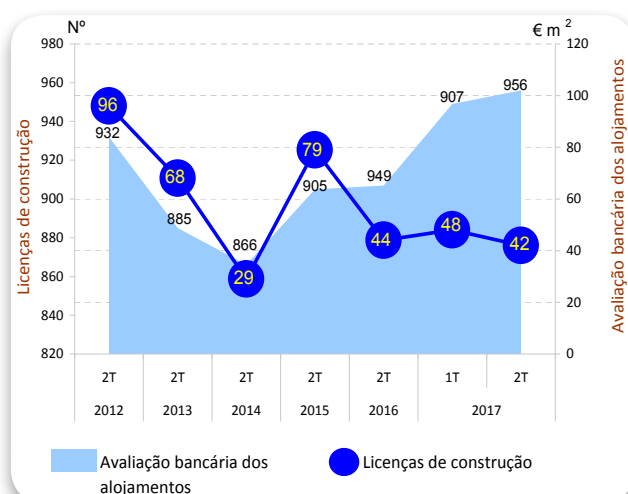
### Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2017 - Habitação e Turismo

Indicador	2º Trimestre 2017	1º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
<b>Habitação e Turismo</b>						
Licenças de construção (Nº fogos)	42	48	44	-4,5	-12,5	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m²)	956	949	907	5,4	0,7	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	176,1	91,5	158,2	11,4	*	INE
Turismo - proveitos totais (10³ €)	9804	4754	8106	20,9	*	INE
Fontes: INE - Infoline						
* Variações sazonais						

A evolução do número de licenças de construção, desde 2012, não revela uma tendência continuada, havendo, no entanto, no início do período mais do dobro do número de licenças que há em 2017, mantendo-se assim, a construção numa situação de “baixa actividade”.



## Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos – Evolução 2012 a 2017

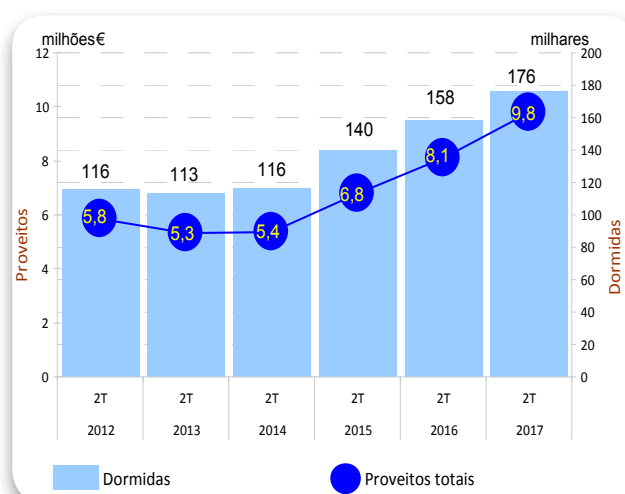


Fontes: INE - Infoline

Já a avaliação bancária dos alojamentos, apesar de ter atingido o valor mais baixo em 2014, no ano de 2017 já é superior ao valor de 2012 e ultrapassa em 90€/m<sup>2</sup>, o valor daquele ano.

*Quanto ao turismo, continua a revelar-se um sector em ascensão, comprovada pelo crescimento de 11,4% no número de dormidas e de 20,9% nos proveitos, o que corresponde a cerca de mais 18 000 dormidas e 1,7 milhões de euros de proveitos, face ao período homólogo.*

## Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Evolução 2012 a 2017



Fontes: INE - Infoline

Para uma percepção do comportamento destes dois indicadores num período temporal mais alargado e, comparando períodos homólogos desde 2012, é reveladora a tendência positiva para a região, nomeadamente a partir de 2014, logo após o decréscimo de 2013, correspondendo ao ano em que mais se fez sentir a crise na região, neste sector.

*Os empréstimos concedidos pelo sector bancário às famílias revelam uma situação de variação irrelevante face aos dois períodos em referência, enquanto a situação dos empréstimos às sociedades apresenta variações negativas.*

No entanto, há a salientar que o rácio de crédito vencido às empresas revelou uma variação de -9,8% face ao período homólogo, mas um acréscimo de 2,8% face ao trimestre anterior.

### Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2017 - Avaliação Bancária

Indicador	2º Trimestre 2017	1º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
<b>Avaliação Bancária</b>						
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	5,3	5,4	5,8	-8,6	-1,9	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 <sup>6</sup> ) €	8515	8507	8584	-0,8	0,1	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 <sup>3</sup> devedores)	307,6	307,6	305,5	0,7	0,0	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	14,8	14,4	16,4	-9,8	2,8	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 <sup>6</sup> ) €	4304	4483	4444	-3,2	-4,0	BP

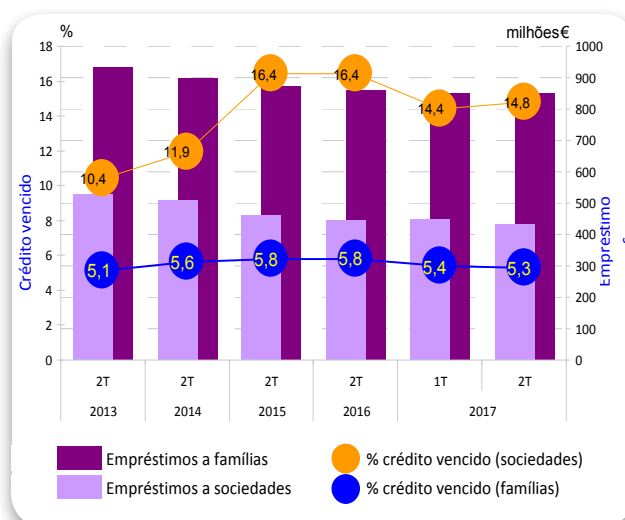
Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

A situação relativamente às famílias (devedores), face ao período homólogo cresceu 0,7% mas face ao trimestre anterior teve uma variação nula, pelo que a situação se considera estável.

Ao ter-se em conta um período temporal mais alargado, verifica-se a ligeira tendência decrescente dos empréstimos bancários, quer às famílias, quer às empresas. No entanto, essa tendência é mais notória para as empresas, havendo, para as famílias, uma tendência de estabilização no final do período.

Já o crédito vencido, que vem assumindo a tendência descendente nas famílias desde 2016, tinha revelado a mesma tendência nas empresas, tendo, no entanto, neste caso, no 2º trimestre 2017 invertido ligeiramente esta trajectória.

### Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedades - Alentejo - Evolução de 2013 a 2017



Fontes: INE - Infoline

**As Importações/Exportações continuam a assumir uma importância relevante para a região, sendo de salientar que o saldo da balança comercial no Alentejo se mantém positivo**

### Indicadores de conjuntura - Alentejo - 2º Trimestre de 2017 - Exportação / Importação

Indicador	2º Trimestre 2017	1º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
<b>Exportação / Importação</b>						
Exportações de bens (10 <sup>6</sup> €)	274,4	305,7	256,3	7,1	-10,2	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	220,0	237,9	205,6	7,0	-7,5	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	54,4	67,8	50,6	7,4	-19,8	INE
Importações de bens (10 <sup>6</sup> €)	212,6	229,9	199,9	6,4	-7,5	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	189,3	199,9	174,8	8,3	-5,3	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 <sup>6</sup> €)	23,3	30,0	25,0	-6,8	-22,2	INE

Fonte: INE - Infoline

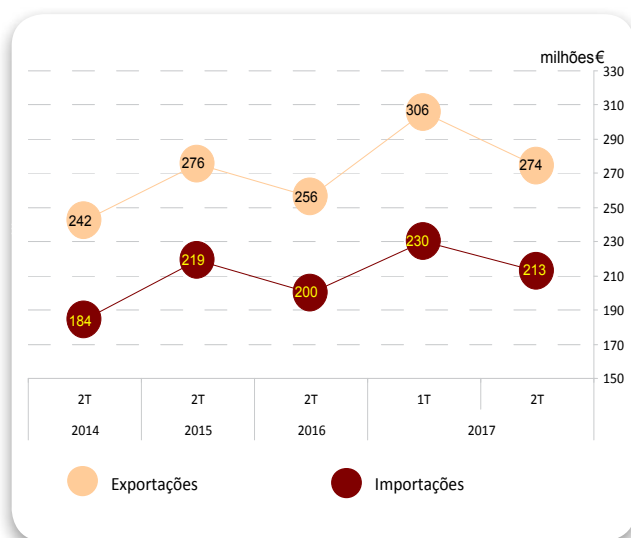
No entanto, as exportações, apesar da variação anual ainda ser positiva, face ao trimestre anterior apresentam um comportamento negativo, correspondente à variação de -10,2% que se deve essencialmente à diminuição do comércio extra comunitário, apesar do intra comunitário também ter diminuído.

Já as importações, apesar de também diminuírem face ao trimestre anterior, mantêm uma variação positiva face ao período homólogo. Esta situação deve-se essencialmente ao facto das importações intra comunitárias terem aumentado, face ao ano anterior e do decréscimo verificado nas importações extra comunitárias não ter sido suficiente para anular a variação positiva daquelas.

Verificando a evolução das exportações e das importações de bens num período temporal mais alargado, verifica-se que as tendências dos dois indicadores são similares, o que contribui para o equilíbrio da balança comercial na região.



## Exportações e Importações de Bens - Evolução de 2014 a 2017

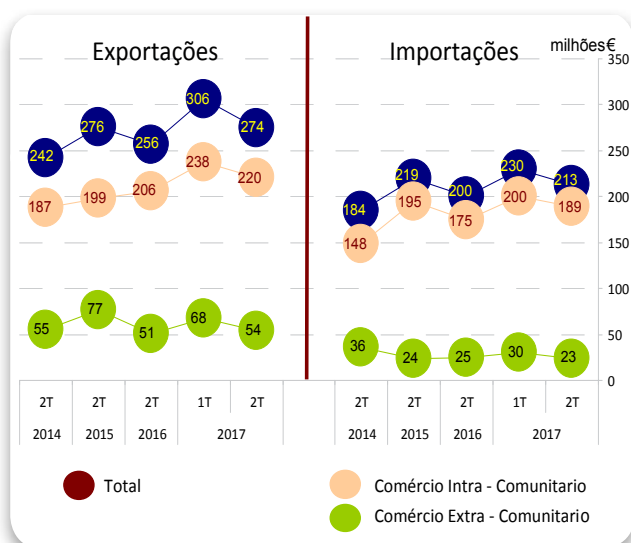


Fontes: INE - Infoline

De qualquer modo, é de salientar que quer o valor das exportações, quer das importações, em 2017 são superiores ao valor das mesmas verificado em 2014.

Apesar do comércio intra comunitário ter um volume substancialmente superior ao extra comunitário, quer as exportações, quer as importações destes espaços comerciais, apresentam tendências similares.

## Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra-Comunitário - Evolução de 2014 a 2017



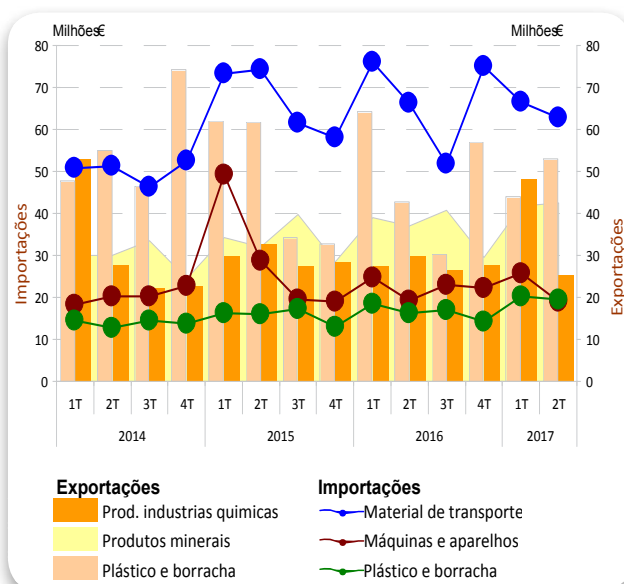
Fontes: INE - Infoline

O material de transporte continua a ser o bem mais importado, apesar da tendência decrescente desde o final de 2016. No entanto, em quase todos os períodos temporais, assiste-se a uma tendência semelhante, com acréscimo no 4º trimestre de cada ano.

Também a importação de máquinas e aparelhos decresceu ligeiramente.

Já a importação de plásticos e borracha revelou uma ligeira tendência de acréscimo.

## Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2014 a 2017



Fontes: INE - Infoline

As exportações também incidem essencialmente nos plásticos e borrachas, nos produtos minerais e nas indústrias químicas.

Os produtos minerais que habitualmente ocupam uma posição de relevo nas exportações da região, neste trimestre verificaram uma tendência decrescente. No período temporal em apreço, os plásticos e borracha foram os produtos mais exportados com os produtos minerais a ocuparem o 2º lugar ■

# Tema em destaque

## Alentejo: o Desafio da Sustentabilidade



A abordagem territorial nos processos de planeamento e desenvolvimento, tem vindo a revelar-se, em detrimento da sectorial, mais adequada na construção de soluções para resolver os constrangimentos que se colocam à competitividade, à coesão e à convergência, bem como às dificuldades de implementação de novos modelos de governação e de desenvolvimento.

Tendo por base essa perspectiva, a CCDR Alentejo tem procurado, através da definição de estratégias regionais em vários domínios, obviamente, alinhadas com as nacionais, territorializar as políticas públicas governamentais.

No âmbito desse trabalho foi identificado como um dos desafios mais relevantes, designadamente, pela sua transversalidade, a sustentabilidade do desenvolvimento do e no Alentejo, nas suas diferentes dimensões. Analisaremos, neste primeiro artigo, 3 dessas dimensões que interagem entre si e com as restantes: a **demográfica**, a **ambiental** e a **económica**.

### 1. Dimensão sustentabilidade demográfica

Não sendo um problema específico do Alentejo, uma vez que é comum a todos os territórios do interior e é já um fenómeno de dimensão nacional e até europeia, o despovoamento e o







envelhecimento populacional na nossa região atingiram níveis preocupantes, senão mesmo dramáticos, dado que nalguns concelhos o limiar de ruptura já foi ultrapassado, verificando-se a extinção de núcleos populacionais, dos montes, num primeiro momento, e, agora, de aldeias para, em breve, se não houver uma intervenção mais profunda, estrutural, coordenada e convergente das políticas públicas, de vilas.

Numa região como o Alentejo em que o homem, as suas actividades mais tradicionais e a forma como ocupou e geriu o território, ainda são o guardião e os garantes da preservação dos recursos naturais e da paisagem, da sustentabilidade, é indispensável e inadiável, no mínimo, reduzir, senão sustentar, num primeiro momento, a perda demográfica para, numa 2ª fase, dar início a um processo de recuperação e rejuvenescimento.

Nesse sentido, e não pondo em causa o mérito do Programa Nacional de Coesão Territorial, propõe-se a elaboração de uma Estratégia Regional de Mitigação e Adaptação à Baixa Densidade, alinhada com o referido programa e enquadrada numa política pública nacional de desenvolvimento regional, beneficiando, mas não se limitando, aos financiamentos dos fundos comunitários Pos 2020.





## 2. Dimensão sustentabilidade ambiental

É conhecida e reconhecida a riqueza do património natural e a qualidade ambiental do Alentejo e todo o trabalho que tem sido realizado para a sua protecção, preservação e valorização. Por isso, se constitui como um dos pilares fundamentais da Estratégia Regional de Especialização Inteligente.

No entanto, esta também é uma das regiões no País que maior vulnerabilidade apresenta relativamente às alterações climáticas, aos processos de desertificação e respectivas ameaças e consequências, nomeadamente, ambientais.

Consciente desta fragilidade do território, e do que ela pode representar como dificuldade acrescida e ameaça ao desenvolvimento sustentável da região, a CCDR Alentejo, está a elaborar uma Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas, numa parceria alargada com os actores regionais, quer públicos quer privados e, obviamente, alinhada com a estratégia nacional e integrando, naturalmente, as perspectivas subregionais, locais e sectoriais.



## 3. Dimensão sustentabilidade económica

O Alentejo tem conhecido nos últimos anos uma nova e crescente dinâmica de desenvolvimento económico, em resultado de projectos públicos estruturantes e financiamentos comunitários, geradores e indutores de investimentos públicos e privados quer na agricultura, quer na indústria, quer na produção de energia eléctrica, quer ainda no turismo.

Na agricultura, ao regadio no perímetro do Mira juntou-se o do Alqueva e, mais recentemente, em Alcácer do Sal, os grandes investimentos em novos projectos hortícolas, os quais somados representam já, em termos de produção agrícola, uma fatia muito significativa na economia nacional.





Também na área industrial, seja no sector extractivo (minérios metálicos e não metálicos), seja no aeronáutico (cluster aeronáutico) ou ainda no dos combustíveis e derivados (Porto e ZIL de Sines), o crescimento tem sido notório e intenso.



O enorme potencial da região em termos de energias renováveis começa agora a ser explorado, sendo exponencialmente crescentes, quer em número quer em potência de produção, os investimentos, nomeadamente, na área do solar fotovoltaico.



O crescimento do turismo no Alentejo é já um caso de estudo e é reconhecido o potencial de desenvolvimento ainda existente, no litoral, na zona de Alqueva e Baixo Guadiana e em todo os produtos turísticos que diferenciam e distinguem a oferta deste destino em todo o território regional.



Porém, na perspectiva da sustentabilidade é necessário por uma lado avaliar os impactos sócio ecológicos de todos os projectos nos diversos sectores, para identificar os eventuais impactos negativos que é preciso minimizar e corrigir e os positivos que é necessário promover e potenciar e, por outro, incrementar e dinamizar o modelo de economia circular de modo a garantir a preservação dos recursos naturais.

Com esse objectivo, a CCDRA, decidiu avançar com uma estratégia regional para a dinamização da economia circular e com um grupo de trabalho para a avaliação dos impactos sócio ecológicos da agricultura intensiva.

O desafio da sustentabilidade está, por isso, no centro da nossa estratégia de desenvolvimento regional, como factor fundamental e garante da competitividade, coesão e convergência ■

*Artigo da responsabilidade de Jorge Pulido Valente, Vice-Presidente da CCDR Alentejo (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo)*

# Tema em destaque

## As Associações Inter-Regionais Europeias para o Desenvolvimento Regional

### Preâmbulo

O espaço europeu, e não apenas o confinado à União Europeia, tem um sem número de associações de carácter técnico e político ou, se preferirmos, político, suportado por um elevado nível de desempenho técnico, que têm vindo a fazer, a par com o das instituições europeias, um caminho que muito tem contribuído para o retrato daquilo que hoje nos apercebemos como espaço comunitário europeu.

São Associações que pensam e estudam a Europa nas suas diferentes perspectivas e que, pelo trabalho desenvolvido, sempre em parceria ou em grande proximidade com agentes nacionais regionais e locais, ajudam na antevisão do que será expectável no desenvolvimento das regiões e nas suas desejáveis inter-relações económicas e sociais, tendo em vista a construção de uma Europa mais justa, mais fraterna, inclusiva e desenvolvida.

Neste artigo trataremos apenas uma parte desse associativismo, porventura aquele que mais reflexos pode ter no Alentejo, por via das associações que integra, e com quem mais proximamente se relaciona.



A CRPM - Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, tem a sua sede administrativa em Rennes - França, e uma representação permanente sediada em Bruxelas, no Rond-point Schuman. Congrega 160 regiões de 25 estados, a maioria dos quais da União Europeia, englobando perto de 200 Milhões de cidadãos.

É uma Associação de âmbito transnacional que detém uma extensa rede de contactos nas instituições da orientam os seus esforços para assegurar que as necessidades e interesses das regiões membros são tomadas em conta em todas as políticas com forte impacto territorial.

As atividades da CRPM são coordenadas pelo "Bureau" Político (BP), órgão que reúne duas vezes em cada ano, para deliberar sobre as orientações políticas que submeterá à aprovação da Assembleia-geral.

Este órgão é composto pelos eleitos regionais, e só eles têm assento no colégio eleitoral que, em cada biénio, elegem o presidente do BP, que é por inerência também o presidente da CRPM.



Cada região tem direito a designar um membro efetivo e um suplente para este órgão. No caso de Portugal a representação atual é assegurada pelo Governo Regional dos Açores e, como membro suplente, pela presidência do Governo Regional da Madeira.

**O seu principal objetivo centra-se sobre as políticas de coesão social, económica e territorial, no crescimento da economia azul e nas acessibilidades. A governação europeia, energia, alterações climáticas, políticas de vizinhança e o desenvolvimento sustentável inclusivo, inovador e inteligente** representam também importantes áreas de atividade da associação.



A CRPM é actualmente presidida por Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Governo Regional dos Açores, que foi reconduzido em Novembro de 2016 no mandato de presidente da CRPM, por mais 2 anos.

O Alentejo é membro da CRPM desde 1982.

Esta associação europeia está dividida por áreas geográficas que coincidem com as principais bacias marítimas europeias, que lhe legitimam a esfera de atuação, a saber:



Comissão Arco Atlântico



Comissão Intermediterrânea



Comissão dos Balcãs e Mar Negro



Comissão do Mar do Norte



Comissão das Ilhas

Corresponde cada uma destas bacias marítimas a problemas específicos a que a CRPM e as suas filiadas procuram dar resposta, enquadrando-os nas diferentes medidas de política europeia, através da constituição de grupos de trabalho especializado, integrados por diversas instituições regionais e

nacionais, e por consultorias especializadas, que desenvolvem e dão apoio às mais diversas iniciativas previstas no plano de atividades proposto pelo “Bureau Político”, quer através de inquirições realizadas às regiões sobre temáticas específicas, quer ainda pela realização de estudos especializados levados a cabo no âmbito de cada grupo temático, que identificam, diagnosticam e, muitas vezes, antecipam problemas ligados às diferentes temáticas do desenvolvimento socioeconómico das regiões.

Destas Comissões Geográficas de Bacias Marítimas, o Alentejo integra atualmente a Comissão Arco Atlântico - CAA, associação especializada nos assuntos relacionados com a fachada atlântica europeia. Esta Comissão foi criada em Faro, no decurso de uma Assembleia-geral da CRPM, em 1989, e,



presentemente, reúne 17 regiões de cinco países: *Bretagne, Normandie, Nouvelle Aquitaine, Pays de la Loire (França)*; *Northern and Western Regional Assembly (Irlanda)*; *CCDR Alentejo, CCDR Centro, CCDR Lisboa e Vale do Tejo, CCDR Norte (Portugal)*; *Gobierno de Cantabria, Gobierno de Navarra, Gobierno Vasco, Junta de Andalucía, Principado de Asturias, Xunta de Galicia (Espanha)*; *Argyll and Bute e Welsh Government (Reino Unido)*.

O Alentejo foi igualmente membro efectivo da **Comissão Intermediterrânica - CIM**, mas por razões que se prendem com dificuldades financeiras, foi decidido cancelar a participação oficial nesta comissão geográfica, embora continuemos a acompanhar as principais atividades desenvolvidas no âmbito dos seus grupos de trabalho especializados, nomeadamente os relacionados com as temáticas da segurança, transportes marítimos e energias renováveis marítimas.

O Alentejo integra o “Bureau Politico” da Comissão Arco Atlântico, a par com as suas congéneres nacionais, CCDR Norte e CCDR Lisboa e Vale do Tejo.

A Comissão Arco Atlântico promove a defesa dos interesses das regiões atlânticas nas instituições europeias através da produção de documentos estratégicos elaborados pelos seus grupos de trabalho, consultas regulares efetuadas aos seus membros sobre o seu pensamento regional relacionado com estas temáticas, e também do intercâmbio permanente de informação entre as instituições europeias e nacionais, que fornecem orientações e pistas de trabalho que terão depois continuidade no seio dos diversos grupos temáticos da CAA.

O segundo grande objetivo é o de promover uma mais profunda cooperação entre as regiões através dos diferentes Grupos de Trabalho que tratam problemas mais específicos previstos nas áreas de interesse geral, tais como o turismo, as energias marinhas renováveis, a investigação e inovação, os transportes, a pesca, etc., criados para dar resposta às problemáticas regionais enquadradas em três grandes áreas temáticas identificadas como prioritárias no seio desta Comissão: **Estratégia Atlântica, Assuntos Marítimos e Acessibilidades e Atratividade**.

A **Estratégia Atlântica** criou três grupos de trabalho para melhor responder aos desafios que a iniciativa europeia coloca às regiões atlânticas.

- **Grupo de Trabalho da Estratégia Atlântica**, que acompanha os assuntos relacionados com o Plano de Ação para o Atlântico elaborado pelos estados membros para o período 2014-2020, e dedica especial atenção aos mecanismos postos em marcha para a sua implementação e cumprimento das Políticas regionais e nacionais presentes na Estratégia;
- **Grupo de Trabalho BREXIT**, que dedica a sua atenção aos assuntos relacionados com a saída da Reino Unido da União Europeia, promovendo consultas regulares às regiões acerca desta problemática, procurando antecipar e minimizar os impactos que a saída da Inglaterra terá nas políticas regionais e mesmo europeias, relacionadas quer com o financiamento das políticas comunitárias, circulação de pessoas e bens, movimentos migratórios, segurança europeia, defesa comum, saúde, educação, etc.;
- **Grupo de Trabalho Cooperação Transatlântica** onde são desenvolvidos esforços no sentido de se incrementar a cooperação transatlântica, nomeadamente com os Estados Unidos e com o Canadá.

Os **Assuntos Marítimos** deram origem igualmente a três grupos de trabalho que orientam a sua atuação nos domínios das **pescas, inovação e energias renováveis marinhas**.

- O **Grupo de Trabalho das Pescas e da Aquacultura** deposita particular ênfase na implementação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas - FEAMP. Procura igualmente a defesa dos interesses das regiões do Atlântico junto da União, reunindo os atores atlânticos no campo da pesca e da aquacultura, a fim de identificar desafios e objetivos comuns, mas procura também desenvolver projetos em diferentes áreas (formação profissional, desenvolvimento sustentável do sector, impacto ambiental das pescas e da aquacultura, etc.).



Os seus objetivos são assim norteados pelo FEAMP, encorajando os intercâmbios entre as regiões membros da Comissão Arco Atlântico, a fim de analisar as escolhas políticas e a implementação dessas medidas, nomeadamente no que se refere à defesa dos interesses das regiões atlânticas, tendo em vista uma posição concertada na Política Comum das Pescas pós-2020, e continuação de reforço da cooperação inter-regional em diferentes questões ligadas à pesca e à aquicultura.

- O **Grupo de Trabalho da Inovação** tem como principal objetivo mobilizar as Regiões do Atlântico sobre a questão da inovação na economia azul.

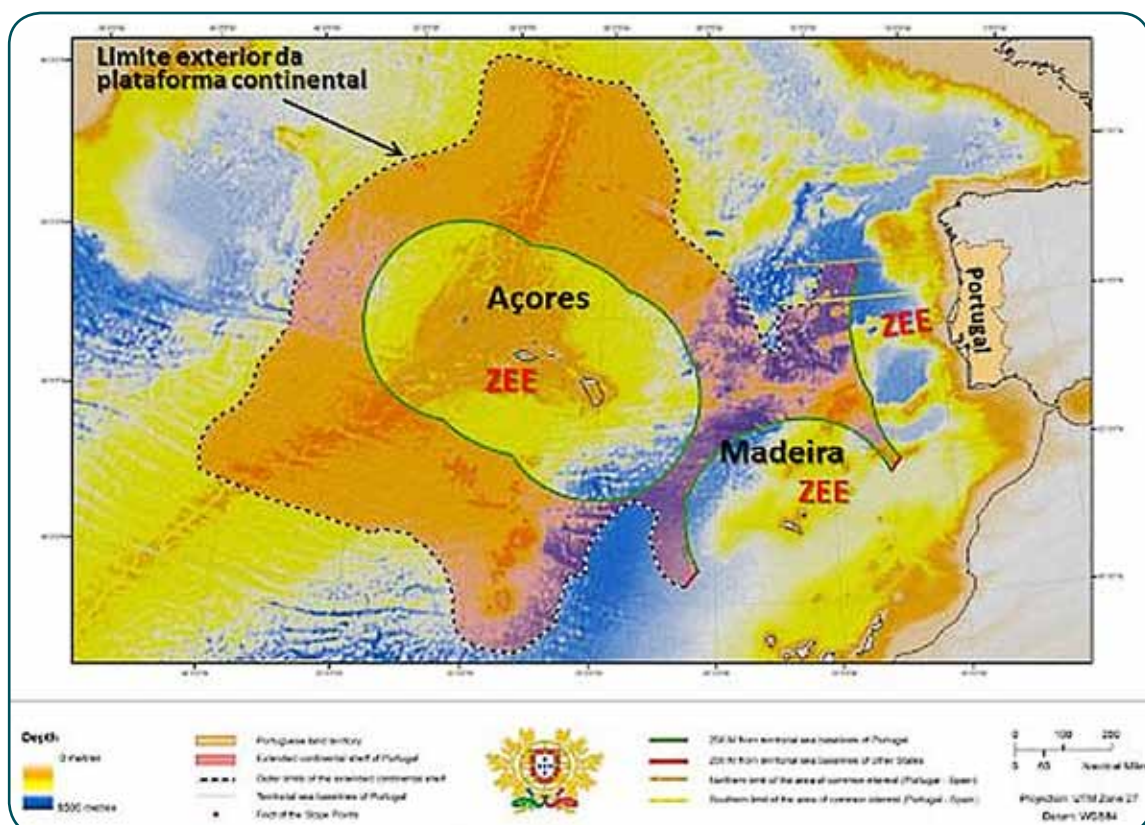
Estão abertas inúmeras possibilidades de exploração do Oceano Atlântico (energias marinhas, pesquisa e inovação marinha e construção naval, turismo, navegação, transporte marítimo, portos, etc.), que são as chaves para o desenvolvimento dos territórios marítimos periféricos do Atlântico e para a criação de novos tipos de emprego.

Em causa estão também respostas concertadas dos estados ribeirinhos às mudanças climáticas, poluição marinha, escassez de recursos naturais, etc. que vão muito além das fronteiras regionais, nacionais e até de bacia.

Este grupo identifica quatro áreas prioritárias sobre as quais se debruça: Recursos biológicos e biotecnologia; Navios do futuro; Vigilância e segurança marítima e da costa, e Recursos minerais marinhos.

Portugal procura salvaguardar para si uma parte importante destes recursos com o pedido de extensão do alargamento da sua Plataforma Continental além das 200 milhas.

**Se for aprovado, como parece indicar a ausência de oposição internacional ao pedido entregue em 2009, na Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, deixará sob jurisdição nacional uns impressionantes 3.750 milhões de Km<sup>2</sup>, o que aumenta em 40 vezes mais a actual dimensão territorial nacional.**



Fonte: EMEPC

O levantamento dos fundos marinhos desta imensa área, que a marinha portuguesa tem vindo a levar a cabo, mostram já claramente a existência de uma impressionante reserva quer em minerais diversos, quer em outros elementos importantes para as economias do futuro, que jazem nestes “territórios” marinhos.

É no entanto um trabalho ciclópico que carece de um enorme empenho nacional para se poderem enfrentar os imponentes desafios tecnológicos resultantes da exploração rentável destes recursos, sendo por isso necessária uma forte cooperação europeia e mesmo internacional para se levar a bom porto esta candidatura, que irá ser avaliada em sede do CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, até ao final do ano.

- **O Grupo de Trabalho Energias Renováveis Marinhas** é o resultado do crescente interesse pelas Energias Marinhas no Atlântico, tendo em vista a proteção ambiental e o crescimento económico sustentável.

A criação deste grupo, em 2010, levou à apresentação de um projeto financiado no âmbito do Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico, chamado "Atlantic Power Cluster" - que decorreu de 2012 a 2014 - cujo objetivo foi implementar uma estratégia transnacional de energia marítima para que as regiões parceiras possam buscar complementaridades para enfrentar desafios cruciais para o desenvolvimento das energias marinhas na área atlântica". Poderá obter mais informações através do seguinte link: <http://atlanticarea.ccdr-n.pt/actualites/reunion-de-lancement-atlantic-power-cluster>.

A temática das **Acessibilidades e Atractividade** originou dois grupos de trabalho: um, dedicado às questões dos Transportes, Acessibilidades e Atractividade, e outro às questões do Turismo e Cultura nas regiões da fachada atlântica.

- **O Grupo de Trabalho dos Transportes** tem como principal objetivo defender um desenvolvimento mais equilibrado das Redes Transeuropeias de Transporte - RTE-T, uma vez que existe o entendimento de que as áreas marítimas periféricas que não estão contempladas na rede global (principal) das RTE-T estão desfavorecidas em comparação com as localizadas nos corredores principais, e recebem menos recursos financeiros para os seu projectos. Esta situação aprofunda assim o fosso entre as principais zonas da rede global e regiões servidas por redes mais periféricas (rede secundária). A rede Global das RTE-T tem orçamento e trabalhos previstos para a sua conclusão até 2030, enquanto as restantes regiões com redes secundárias apenas em 2050 deverão ver concluídos os seus projetos de melhoria das ligações e de infra-estruturas.

Atualmente está em curso um intenso lóbi com o fim de melhorar a conectividade nos Corredores Atlântico, Mediterrâneo e no do Mar do Norte, para ligar todos os portos do litoral atlântico e mediterrânico, assim como melhorar as ligações entre a Irlanda e o Reino Unido, no sentido de dar uma maior projecção às RTE-T.

Este grupo de trabalho acompanha também as problemáticas relacionadas com o desenvolvimento das Auto-Estradas do Mar - MoS, projecto europeu lançado no período do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio e coordenado pelo professor Luis Valente de Oliveira.

Esta iniciativa comunitária procurou proporcionar um quadro para a implantação de padrões de alto nível para operações de transporte marítimo eficientes, seguras e ambientalmente amigáveis, que podem ser totalmente integradas numa cadeia de transporte porta a porta.

As MoS, visam assim aumentar os fluxos de carga a serem transportados pelo tráfego marítimo, tendo como prioridade o desenvolvimento da eficiência de portos e de melhorar a infraestrutura e conectividade no seu interior, elementos necessários para o tráfego ocorrer e fluir sem constrangimentos.

Este desenvolvimento ajudará a mitigar o congestionamento do trânsito e os laços de transporte terrestre deficientes entre regiões que prejudicam a coesão territorial. O MoS será assim uma parte integrante de qualquer cadeia de logística eficiente que vise apoiar o comércio, reduzindo a pegada de transporte no meio ambiente.

O porto de Sines integra uma dessas Auto-estradas do Mar, no caso, a que faz a ligação marítima de Sines a La Spezia (Itália), criada na sequência do projeto comunitário PORTMOS. Poderá obter mais informação no seguinte link: <http://www.martrans.org/documents/2005/sss/PORTMOS%20workshop%20Psarftis.pdf>.

- **Grupo de trabalho do Turismo e Cultura do Atlântico**

Os grupos de trabalho da Comissão do Arco Atlântico são, como se disse, criados com base em desafios e oportunidades relacionados com características específicas da área do Atlântico. Daí, a importância de questões como a pesca, os transportes ou as energias marinhas renováveis.

Contudo, está reservada a possibilidade de se criarem grupos de trabalho "ad hoc" para responder ao desejo das Regiões Atlânticas de examinar temas específicos e participar de debates sobre as diretrizes políticas da UE.

O grupo de trabalho do Turismo e Cultura do Atlântico é um desses grupos e foi criado em 2012, sob a iniciativa da Cantábria. É presidido pelas Astúrias, desde Março de 2015. O seu objetivo é promover a cooperação entre as regiões do Atlântico neste sector-chave.

As regiões atlânticas compartilham uma herança e cultura comuns que são características do Oceano Atlântico. Em comparação com outras áreas marítimas, a área do Atlântico oferece um turismo de alta qualidade, património cultural bem preservado, uma natureza em muitos casos "ainda" não completamente transformada por mão humana, costas marítimas protegidas, uma gastronomia reconhecida e aplaudida internacionalmente e uma rede de muito pequenas, pequenas e médias cidades, onde tudo isto pode ser desfrutável.

A estratégia europeia para o Crescimento Azul, a Estratégia Marítima Atlântica e a Estratégia sobre turismo marítimo e costeiro estabelecem as orientações destinadas a promover o crescimento, o emprego e o desenvolvimento sustentável ao longo da área atlântica. É neste quadro que as Regiões da Comissão Arco Atlântico tencionam realizar ações e medidas concretas neste sector económico chave, que foi identificado como um sector com alto potencial de desenvolvimento no Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na área Atlântica, aprovado pela Comissão Europeia em 13 de Maio de 2013.

É neste quadro que o GT Turismo se propõe realizar ações concretas neste sector económico, visando melhorar a visibilidade do Arco Atlântico como um destino turístico de alta qualidade na Europa; reafirmar a dimensão cultural e turística deste duplo destino atlântico; reforçar a cooperação entre as cidades e as regiões, envolvendo actores privados que actuem em todo o litoral atlântico, e desenvolver projectos comuns específicos através da plataforma de discussão que este grupo de trabalho irá constituir.

## Envolvimento da CCDR Alentejo na CRPM

A CCDR Alentejo é frequentes vezes solicitada, quer no âmbito da CRPM, quer no da CAA a dar o seu contributo nos mais diversos assuntos tratados no seio destes Grupos de Trabalho, de entre os quais podem ser salientadas as temáticas dos transportes marítimos e ferroviários. Matérias relacionadas com o cluster aeronáutico, e também das pescas e do turismo, são áreas em que o Alentejo é convidado também a emitir a sua posição.



Os investimentos previstos realizar na ligação Évora - Elvas, para fecho de ligação no troço Sines-Badajoz-Madrid, presente no agora denominado Corredor Ferroviário Atlântico, justificam esse interesse e empenho, e é assunto que está a ser acompanhado com a maior expectativa também pelos nossos vizinhos ibéricos, dado os sucessivas adiamentos que esta ligação - inscrita em 2002 no então chamado Eixo Prioritário 16 das RTE-T -, tem conhecido, muito por força do impasse das diferentes agendas políticas, envolvendo o modelo de desenvolvimento regional que os diferentes governos têm procurado desenvolver, mas que, é justo que se diga, as dificuldades financeiras do país têm também condicionado de forma objetiva.

A CAA acolhe ainda como parceiros uma vasta rede de instituições e organismos de vocação atlântica que muito podem interessar ao Alentejo, quer como parceiros privilegiados na partilha de informação, dada a sua vasta experiência e saber acumulados nas áreas que temos vindo a referir, quer na possibilidade de serem exploradas parcerias no âmbito dos programas de cooperação transnacional que a CAA integra, nomeadamente o Programa de Cooperação Territorial Espaço Atlântico, entre outros.

Alguns exemplos:

- **Fórum Atlântico**

Criado na sequência da Estratégia Europeia Atlântica, tem a sua esfera de actuação na gestão dos Projectos criados e em execução no Plano de Acção da Estratégia que se relacionam com a economia azul e com o desenvolvimento de ideias inovadoras que respondam a desafios comuns ([https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/sea\\_basins/atlantic\\_ocean/atlanticforum\\_en](https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/sea_basins/atlantic_ocean/atlanticforum_en)).

- **Conferência das Cidades do Arco Atlântico**

Centrada em políticas urbanas inovadoras e de planeamento urbanístico, definição da identidade cultural das cidades atlânticas do futuro, fortalecimento dos aspectos da luta a favor de um desenvolvimento económico renovado nas cidades atlânticas e mais eficazes políticas para o emprego a aprendizagem, etc. (<http://atlanticcities.eu>).

- **AC3A Associação das Câmaras de Agricultura do Arco Atlântico**

Com uma vasta experiência em apoio a projectos aos fundos europeus (<http://www.ac3a.fr/AC3A.php>).

É, pois, toda uma vasta oferta de conhecimentos em domínios estratégicos e altamente qualificados que todas estas associações europeias oferecem aos seus associados, e que disponibilizam a todos os agentes locais, regionais e nacionais, que se podem traduzir em mais valias apreciáveis com impactos muito positivos nas suas economias.

Das Universidades à Administração, das Autarquias ao Associativismo empresarial e cooperativo, das Energias Renováveis à Economia Azul, das Pescas e da aquacultura às riquezas dos Fundos marinhos, dos Transportes Marítimos e Ferroviários à Investigação, da Formação ao Turismo, tais são os domínios em que estas associações disponibilizam saber e informação que partilham para uso das regiões, para os quais o Alentejo tem, por assim dizer, algumas chaves que podem abrir muitas destas portas.





A participação nas reuniões de trabalho destes grupos especializados é na maior parte das vezes, aberta aos representantes regionais ou aos agentes que as regiões indiquem, bastando para tanto uma informação às coordenações dessas estruturas associativas para os habilitarem ao acompanhamento e seguimento da evolução dos trabalhos e a fornecer inclusivamente informações que aportem interesse regional ao trabalho em curso.

É, contudo, necessário que exista entre esses agentes ou entidades regionais que integrem os trabalhos desses grupos, uma concertação programática com as medidas de política defendidas local e nacionalmente em cada um temas a tratar. Percebe-se perfeitamente essa necessidade para não se conflitarem posições de grupo com as da visão regional ou nacional nas matérias concretas em análise.

É também possível fazer deslocar para as regiões algumas reuniões de trabalho, quer das estruturas de cúpula dessas associações, que podem reunir as suas Assembleias Gerais e *Bureaux* Políticos, a convite das regiões, quer as próprias sessões de trabalho dos Grupos de Trabalho especializados, se as regiões entenderem ser importante que essas reuniões possam ter lugar numa determinada região.

Tal aconteceu com o BP da CAA, em 2012, tendo a CCDR Alentejo convidado aquele Órgão para que se reunisse em Sines, nas instalações da Administração do Porto, tendo como propósito dar a conhecer a importância dos trabalhos de ampliação do terminal de contentores, o Terminal XXI, por se entender que seria interessante dar a conhecer às regiões atlânticas as enormes potencialidades logísticas ali presentes, e o importante papel que esta infra-estrutura marítima tinha e tem para o tráfego mundial de mercadorias, sobretudo depois da ampliação do canal do Panamá.

Esta temática das relações inter-regionais europeias que a CCDR Alentejo integra é, pois, um campo importante, de simples acesso e com decisivo interesse para a defesa dos interesses de todos os agentes e entidades regionais para que tirem o maior proveito e benefício possível destas associações internacionais, e que se prestem a integrar algum ou mesmo alguns destes grupos de trabalho especializados que se acabaram de descrever ■



# Perspetiva 2020

**NERPOR / AE (Associação Empresarial da Região de Portalegre)  
Empreendedorismo e Inovação no Alto Alentejo**



A abordagem deste tema não pode deixar de partir do conhecimento da caracterização económica e social da região do Alto Alentejo, para perceber o contexto com que a inovação e o espírito empreendedor aí se podem desenvolver.

Perante uma primeira análise logo somos levados a constatar que a envolvente demográfica e económica definitivamente não favorece a proliferação de empreendedores e ideias inovadoras.

O Alto Alentejo tem muito poucas pessoas, ainda menos que as outras sub-regiões do Alentejo, com população maioritariamente idosa, sem grande apetência portanto para estes temas, e o tecido empresarial está rarefeito e com intensa predominância de micro empresas. Ora mostra-nos a experiência que este tipo de empresas, podendo e devendo ser férteis e ágeis disseminadores de inovação, bem como cativantes exemplos de empreendedorismo, em virtude dos enormes desafios e dificuldades que enfrentam, não conseguem disponibilizar muito do seu tempo para este efeito, assoberbados pelos problemas que as condicionam, acabando até muitas vezes por fazer «pensar duas vezes» os que se dispunham também a seguir a difícil e complexa carreira de empreendedor.

Com este pano de fundo poderia surgir a ideia que a muitos avassala de que: «Então... Não há nada a fazer!». A fria lógica tecnocrática que já no passado fazia por exemplo passar a intenção de não avançar com o Instituto Politécnico de Portalegre, porque a nossa demografia não justificava o investimento, também fará a leitura de que com um cenário destes «nada podemos fazer»! Mas, como inspiradamente disse Obama: Sim, podemos!!!

Podemos e devemos! Manda a coesão nacional e a nossa obrigação regional para com todos os que por aqui vivem ou nasceram que quanto maior for a adversidade, maior terá de ser o empenhamento na criação de condições que façam proliferar os empreendedores, particularmente os que apostam na inovação.

Pela simples razão de que só conseguiremos combater a desertificação que ameaça o Alto Alentejo através do reforço da base económica produtiva da região, e este apenas se obtém quer pela consolidação das empresas existentes e captação de investimento externo, quer precisamente pelo fomento da inovação e dos empreendedores.

Não podemos portanto desanimar, mas antes pelo contrário redobrar todos os esforços para «desencantar» os empreendedores e projectos inovadores, motivando o seu aparecimento e apoiando o seu fortalecimento.

As associações empresariais regionais, como o NERPOR, têm experiência e clara vocação para serem protagonistas centrais nesta matéria da dinamização do empreendedorismo. Conhecem como ninguém os problemas que afligem as empresas, bem como a forma de os resolver, e têm justamente como missão principal apoiar a todos os níveis a actividade económica e seus agentes.

Por outro lado, as escolas superiores são terreno pródigo e frutífero para a inovação e jovens empreendedores, pelo que a conjugação de esforços entre a vivência empresarial, das associações, e os projectos inovadores, das escolas, só pode dar bons resultados, combinando a indispensável complementaridade entre os dois vectores.

Uma boa ideia, ou mesmo um bom plano de negócios, nem sempre gera uma empresa consolidada, mas com frequência as empresas para se consolidarem necessitam inovar nos seus processos e produtos.

É em regiões com as características do Alto Alentejo que mais se impõe a forte colaboração entre os actores que constituem as plataformas de desenvolvimento do empreendedorismo e inovação, e a gestão dos programas regionais dos fundos europeus mais tem de apostar em convocatórias que permitam dotar tais actores com os recursos necessários para dinamizar e apoiar os empreendedores residentes, mas também para atrair a fixação de novos empreendedores vindos de outras paragens.

Há que criar e promover um ambiente reconhecido como destacadamente favorável aos empreendedores e à inovação, o que podendo passar pelas incubadoras de empresas, tem de ultrapassar essa fase e ver muito mais longe! Há necessidade de uma estratégia regional específica do Alto Alentejo, em que exista uma leitura regional e uma adequada campanha de captação e desenvolvimento de ideias e empreendedores.

Tem de haver uma articulação entre as diversas incubadoras, com possível especialização de algumas delas e definição de quais podem passar a «aceleradoras», providenciando-se a consultoria científica necessária, mas também o apoio e acompanhamento técnico de gestão empresarial que assegure a correcta gestão financeira, comercial e produtiva da empresa, evitando a elevada mortalidade de tantas boas ideias e intenções empresariais que são «lançadas aos leões da vida económica real», sem qualquer experiência ou preparação.

Esperamos que o governo e os responsáveis regionais partilhem este ponto de vista e ponham em prática as medidas necessárias para reforçar com a intensidade e coordenação apropriadas a promoção do tecido empresarial do Alto Alentejo, pois, sem margem para dúvidas, por aqui passa a «viabilidade» desta região ■

*Artigo da responsabilidade de Jorge Pais, Presidente da Direcção da Associação Empresarial da Região de Portalegre (NERPOR)*



# Perspetiva 2020

## Qualificação do Pão Alentejano



A **Qualificação do Pão Alentejano** é um projeto que está a ser desenvolvido em toda a região do Alentejo, desde janeiro de 2016 e termina no final de dezembro de 2017, promovido pela Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado em copromoção com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo. Este projeto resultou de uma candidatura ao SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas – Qualificação, na sequência de um longo trabalho que a Terras Dentro tem desenvolvido no âmbito da promoção do pão alentejano, que lhe permitiu constatar que este produto, património identitário do Alentejo, necessitava de ser protegido e acima de tudo valorizado, convergindo desta forma, os objetivos do aviso com o diagnóstico efetuado, permitindo realizar e posteriormente ver aprovada esta candidatura.

O pão alentejano é um produto com forte tradição na região e com uma tipicidade singular, proveniente do seu processo de confeção que carece de proteção e em simultâneo de forte valorização. Uma das características que o distingue do pão feito em outras zonas do país é a utilização de fermento natural, que vulgarmente se denomina por “massa velha”, “isco”, ou “massa mãe”, porção de massa que é retirada da amassadura e fica a fermentar para ser utilizada e acrescida à amassadura seguinte. É este fermento natural que lhe confere um aroma acidulado, aroma característico e que torna o pão alentejano inconfundível.

O pão tem uma importância histórica, cultural e social, conforme Alfredo Saramago mencionava “através do pão pode-se fazer a história de um país e em Portugal isso é completamente verdade”. No Alentejo é sobejamente importante, com um consumo que reporta desde a ocupação Romana, vulgarizou-se com a crescente produção de trigo na região. Tem uma forte ligação à gastronomia alentejana, sendo considerado a base da alimentação dos povos, constituindo o elemento central em variadíssimos pratos, conferindo-lhe uma marca indelével e uma forte tradição histórica.





- um **diagnóstico da fileira do pão**, onde se realizou uma análise sobre o trigo, a sua origem, cultura e produção; fez-se a caracterização das moagens do Alentejo e a sua capacidade de produção; os fatores de qualidade das farinhas, concluindo com uma breve contextualização do pão alentejano;
- **ações de preparação, informação e sensibilização** a todas empresas produtoras de pão alentejano, realizadas a 451 unidades, das quais 350 estão efetivamente a produzir pão alentejano. De todas as unidades onde foram realizadas ações de informação e sensibilização, 318 mostraram interesse em colaborar com o projeto. Nestas ações foi dado a conhecer os objetivos da qualificação do pão alentejano, as atividades que estavam a ser desenvolvidas e como poderiam integrar todo este processo;
- **elaboração de um caderno de especificações** que descreve todo o processo de confeção do pão alentejano;
- foram desenvolvidos três **workshops sobre “as regras de segurança alimentar”**, dirigidos aos produtores de pão alentejano e dinamizados pela ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, nas localidades de Beja, Évora e Portalegre.



Está a ser concebida uma exposição interativa que irá sustentar as ações de sensibilização ao consumidor que serão realizadas em diversos locais de Portugal, tendo já iniciado na Festa do Nosso Pão em Cuba.

Está em curso um estudo de mercado que irá decorrer nos 47 concelhos do Alentejo, sendo reforçado nas capitais de distrito, na zona da grande Lisboa, nomeadamente a sul do Tejo e Algarve. Pretende-se com este estudo realizar uma análise qualitativa ao mercado do pão, que revele hábitos e motivações de consumo.

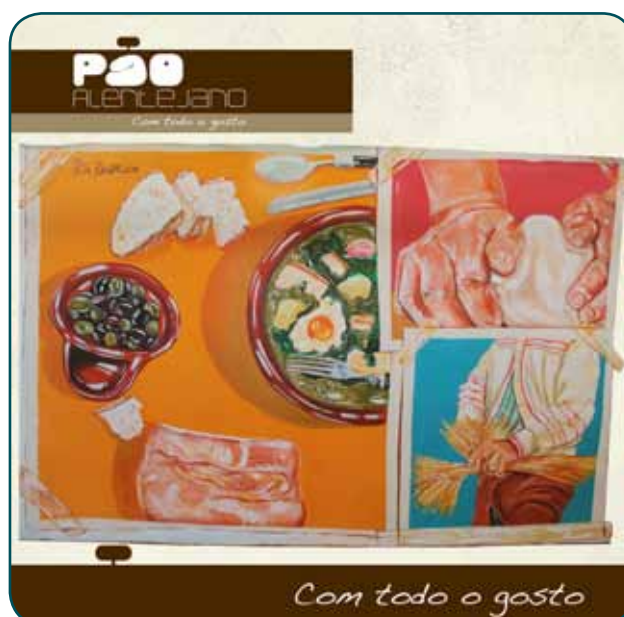
Foi estabelecida uma parceria com a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Beja com o objetivo de analisar e estudar mais aprofundadamente o pão alentejano. Deste trabalho já resultou a constituição de um painel de provadores.

Está em curso um plano de comunicação que permitirá publicitar todo o trabalho que tem sido desenvolvido e que tem concebido uma imagem de marca para o pão alentejano.

Estão ainda previstas até ao final do ano a realização de atividades de sensibilização e informação aos restaurantes, que terá como objetivo alertar os restaurantes para o consumo de pão alentejano, como produto típico e identitário da região.

O trabalho desenvolvido ao longo destes meses tem sido de investigação e estudo permitindo construir um caminho, uma estratégia e um conjunto de instrumentos que apoiará uma possível certificação do produto, além de ser preparatório para a criação de um agrupamento de produtores de pão alentejano. Este processo possibilitará a proteção e uniformidade do pão alentejano, que constituirá uma mais-valia para os produtores que desejarem integrar este processo e para os consumidores, que terão confiança no produto de qualidade que estão a adquirir.





Através desta proteção, valorização e qualificação, o pão alentejano irá concorrer para uma maior dinâmica económica, contribuindo com um forte impacto no mercado e que no futuro, as padarias que atualmente correm o risco de cessar atividade, através da Qualificação do Pão Alentejano, ganharão maior competitividade.

Desta forma, esta operação irá contribuir para a certificação do Pão Alentejano, para uma maior competitividade das micro e pequenas empresas, constituindo o pão um elemento agregador para o desenvolvimento de outras atividades económicas, sociais e culturais ■

*Artigo da responsabilidade de Francisca Valério, Coordenadora do Projecto "Qualificação do Pão Alentejo" - Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado*



# Perspetiva 2020

## O Turismo como sector de alavanca da economia regional



A beleza do Alentejo inspirou escritores e poetas. Eça de Queirós, Vergílio Ferreira, José Régio, Flor Bela Espanca ou mesmo o actual Manuel Alegre são apenas alguns dos autores que deambularam, reflectiram, promoveram e que de alguma forma já nos alertaram para a importância destas paragens.

José da Silva Picão, no seu livro único, “Através dos Campos” encanta-nos e descreve-nos os usos e costumes agrícolaalentejanos que tão grande contributo oferecem á nossa tipicidade e originalidade. Não nos espanta assim, que o turismo da região se assuma cada vez mais como um elo de forte relevo na sua economia, criando emprego e riqueza. Indicadores como por exemplo a taxa de emprego, demonstram-nos que este sector se encontra em crescimento em termos nacionais mas também regionalmente e que consequentemente se assiste a uma optimização na cadeia empresarial. Muitas actividades estão a aproveitar o turismo como vector de sustentação e de indução como é o caso do comércio, os serviços e outros. Outros sectores como a agricultura por exemplo podem beneficiar deste suporte de inúmeras formas. A exportação e o maior consumo interno de produtos qualificados no âmbito da produção agrícola, é o exemplo (queijos, carnes, pão e outros).

Destaca-se o sector do turismo, como forma de potenciar a sustentabilidade económica do Alentejo, o seu desenvolvimento e a respectiva internacionalização. Na última década as dormidas no Alentejo cresceram acima da média nacional, impulsionadas pelo mercado externo (Taxa de Variação Média Anual 2005/2015, + 4,3%), INE, 2016. O Alentejo é a região onde o turismo interno tem maior peso (66%), INE, 2016.

Segundo o descrito em “Estratégia do turismo 2027”, as pessoas são o centro da estratégia para o sector, enquadrando-se neste sistema os visitantes, os residentes e os profissionais.

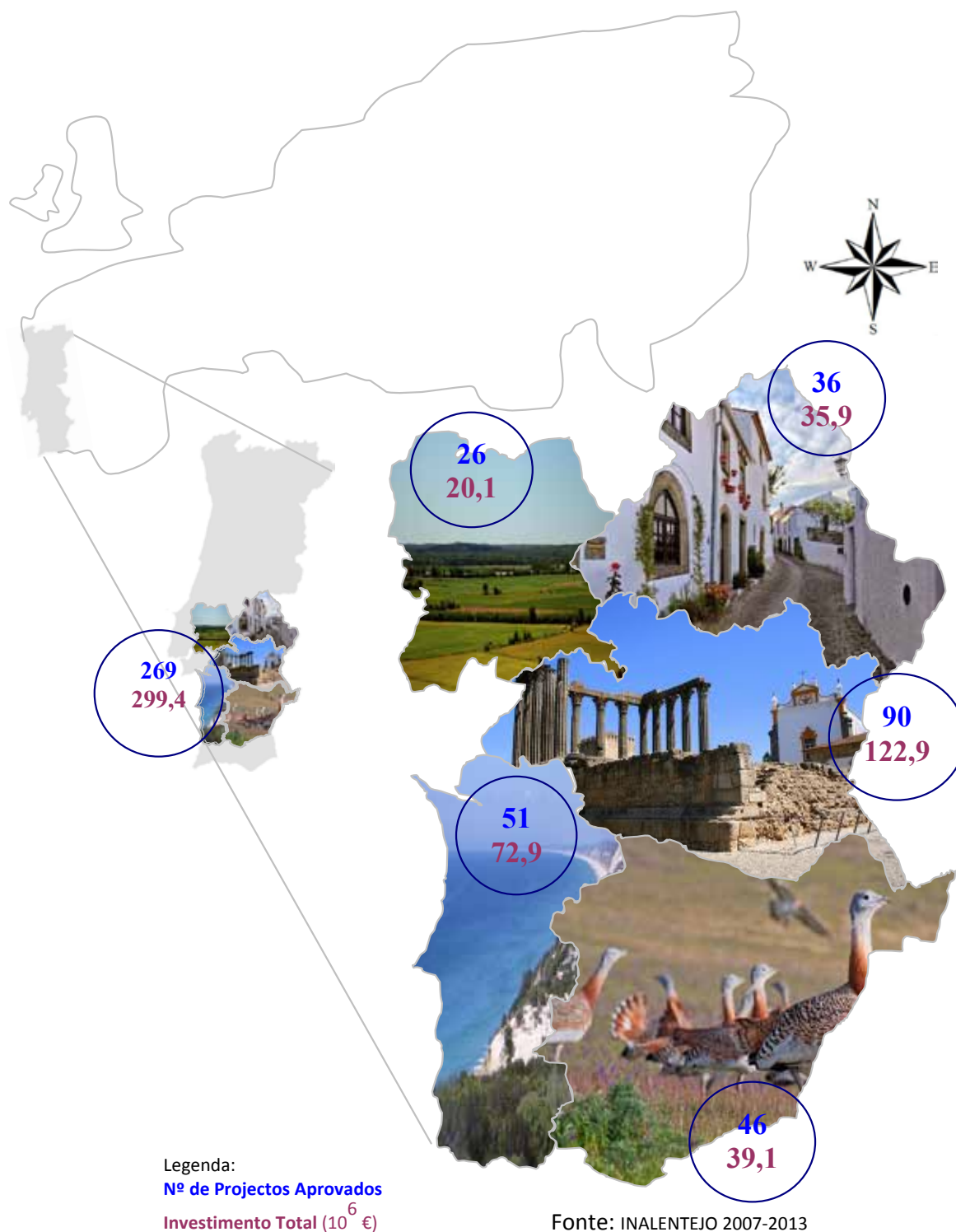
Disse Ceia da Silva – Presidente ERT-RA “O crescimento turístico da Região do Alentejo e Ribatejo teve por base o valor e a excelência e não a política de preços baixos.” in *Excertos de algumas intervenções no LET (Laboratórios Estratégicos de Turismo do Alentejo)*, 2016. As variáveis que mais contribuem para este sinal do desenvolvimento de sentido positivo são essencialmente: A gastronomia de uma enorme riqueza, variedade, simplicidade e autenticidade nomeadamente dos seus produtos tradicionais em que o pão é disso um verdadeiro exemplo, a monumentalidade não só das cidades como também das zonas rurais (monumentos megalíticos e de outras épocas, de grande valor histórico), a paisagem de uma fascinante beleza consoante a época do ano e a maior ou menor interioridade, a qualidade ambiental e a sua vasta biodiversidade, factor de grande valor actualmente e para a tomada de decisão na hora de escolher o destino, as gentes e a sua enorme simpatia, disponibilidade e saber receber, grande qualidade das infra-estruturas de alojamento e restauração, modernas, funcionais e agradáveis, qualidade do serviço onde já se manifesta a preferência pela qualificação



profissional dos trabalhadores, a que não é alheio o facto de existirem na região várias escolas com cursos ligados ao turismo (Universidade de Évora, Instituto Politécnico de Portalegre, EPRAL).

O aumento de infra-estruturas nesta área envolve um acréscimo de investimento significativo, o que tem vindo a ser suportado em parte pelos Fundos Comunitários e capital próprio que no âmbito do InAlentejo para o 2007-2013 atingiu os valores que se podem observar na infografia seguinte:

### Investimento no sector do turismo no Âmbito do InAlentejo 2007-2013



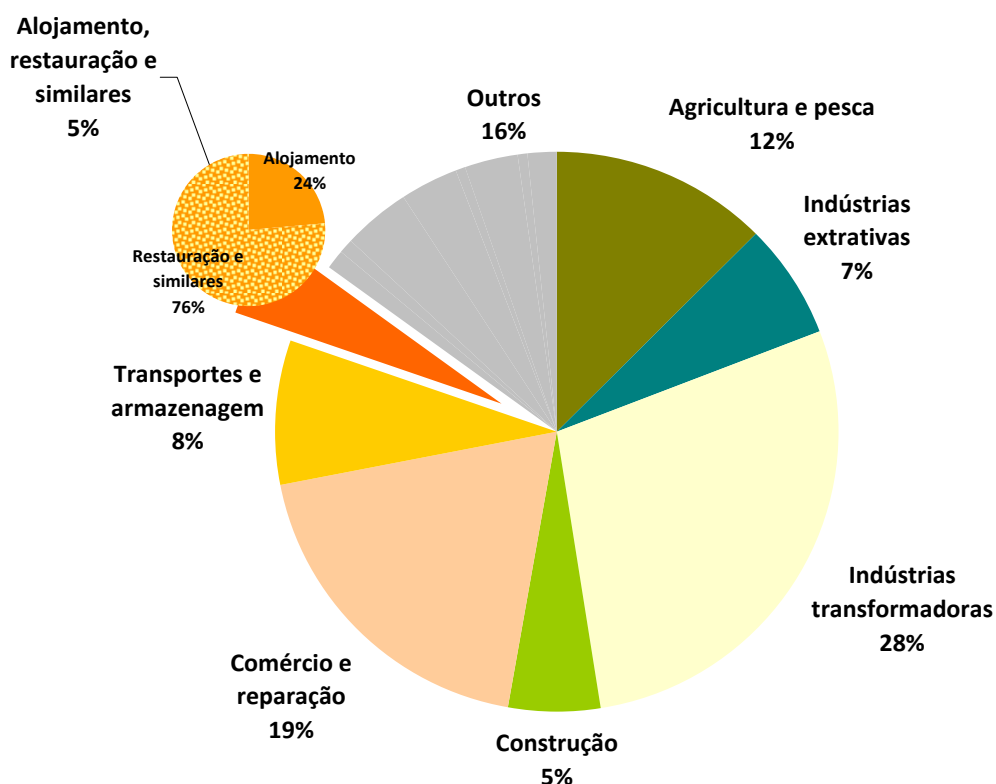
Na região, o INAlentejo 2007-2013 envolveu um investimento de cerca de 300 Milhões de euros em apoio financeiro por parte dos Fundos Comunitários. Paralelamente, ocorreu certamente investimento efectuado sem apoio. Outros programas de âmbito nacional, podem também ter dado contributos. Actualmente, o programa Portugal2020 continua a receber candidaturas para financiamento nesta área e a efectuar aprovações neste âmbito.

Tendo por base as orientações governamentais, a entidade Turismo do Alentejo, E.R.T., é quem define e coordena regionalmente as políticas de turismo. As linhas estratégicas de actuação têm sido implementadas através de programas plurianuais em que o planeamento tem sido a tónica de suporte. Em simultâneo, a promoção turística da região junto de todos os mercados externos e a informação aos turistas é responsabilidade da Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo – Turismo do Alentejo. A Turismo do Alentejo foi criada em 2004, sustenta a sua acção através da aplicação do Plano de Promoção Externa do Alentejo e do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) e envolve uma parceria entre os sectores público e privado, participada pelas entidades públicas regionais e por empresas do sector do turismo, sendo financiada por estas e pelo Turismo de Portugal I.P., ao abrigo de um contrato plurianual. De cariz nacional, o Turismo de Portugal criou recentemente a plataforma Trevel BI, uma nova ferramenta de apoio à tomada de decisão dos agentes do sector do turismo, e que para alguns indicadores surge regionalizado.

Igualmente importante e a funcionar como instrumento de apoio à tomada de decisão do sector é a Conta Satélite do Turismo. Com assento na metodologia do Eurostat, pretende medir a importância do sector na economia portuguesa. Deixou de ser utilizada em 2010 pelo INE mas neste momento já foi reactivada, os trabalhos estão a decorrer e os primeiros resultados serão divulgados em pouco tempo. Todos estes instrumentos visam contribuir para o sucesso das empresas que actuam no sector, contribuindo para benfeitorizar os mecanismos de avaliação das políticas de turismo.

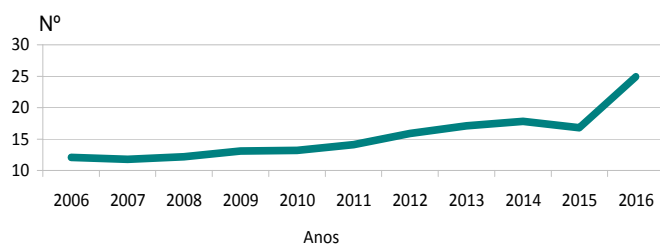
A tendência de crescimento do sector que se pode observar através de muitos indicadores regionais aos mais diferentes níveis, indicia uma assertiva condução do sector.

### Estrutura do VAB Regional - Sectores mais contributivos 2015



Fonte: INE

### Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por 1000 habitantes



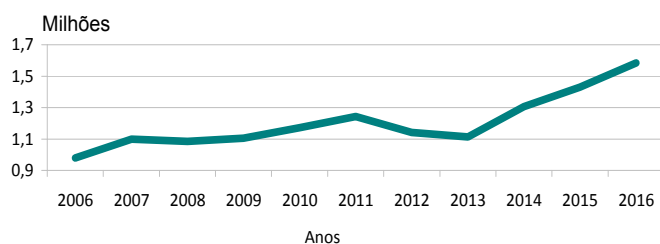
2006

12,1

2016

29,6

### Dormidas



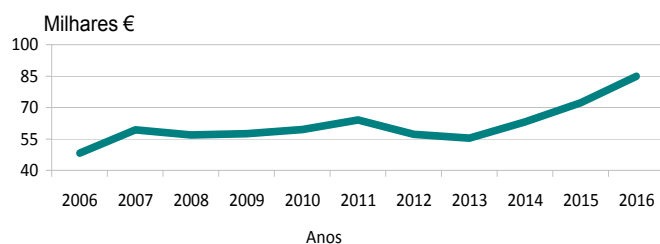
2006

0,97

2016

1,58

### Proveitos



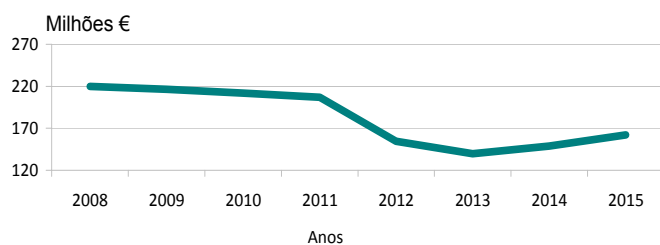
2006

48,25

2016

84,90

### VAB - Alojamento, restauração e similares



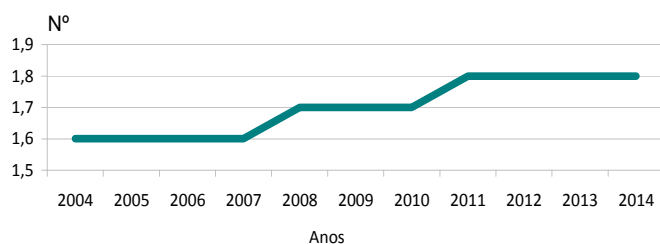
2008

220,00

2015

162,13

### Estada média (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros



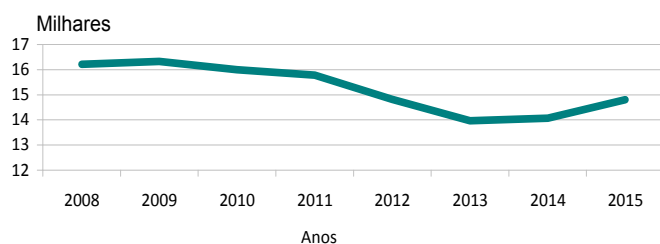
2004

1,6

2014

1,8

### Empregados nas empresas do sector alojamento, restauração e similares



2008

16,2

2015

14,8



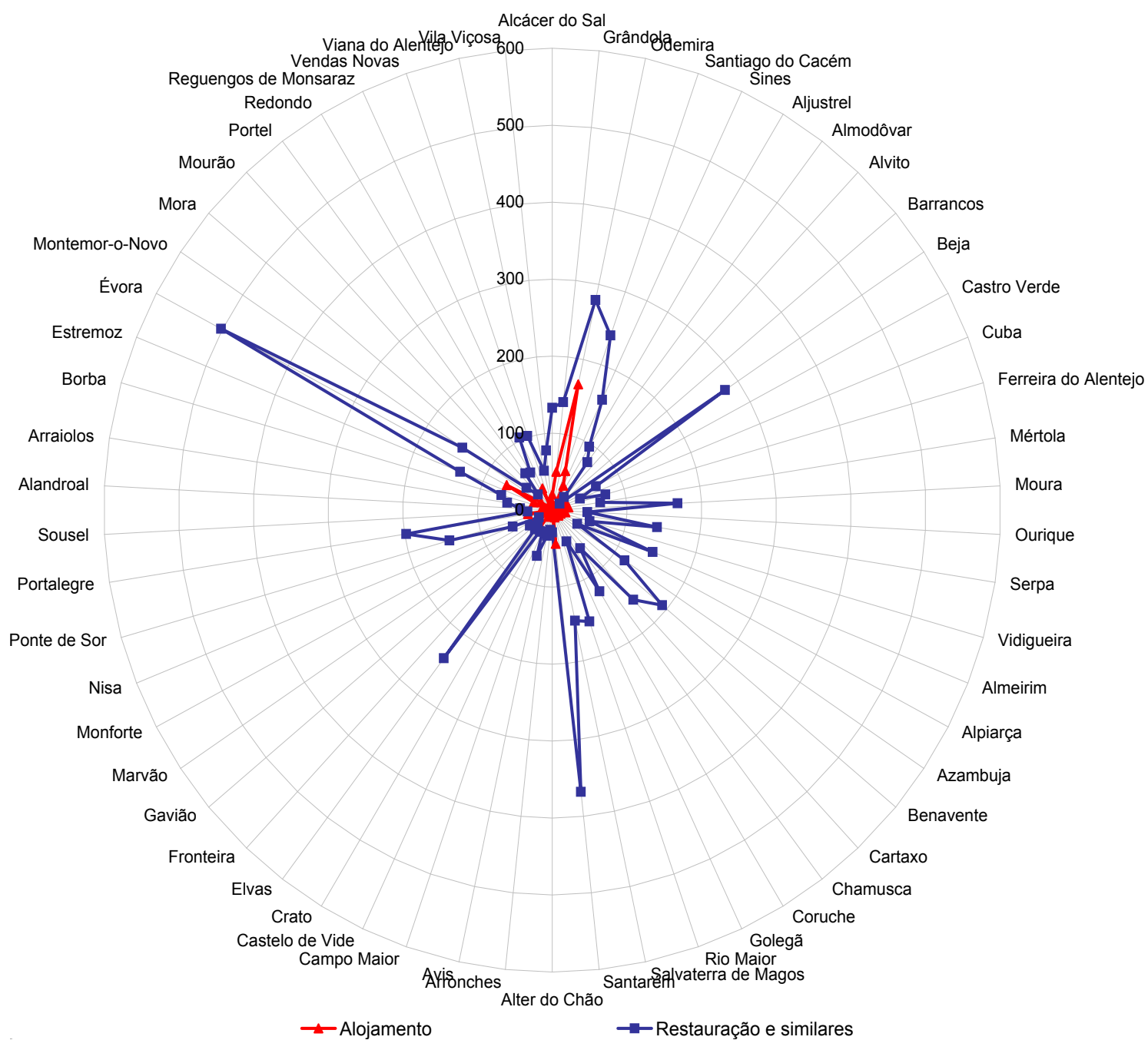
Verifica-se pela análise do contributo das actividades ligadas ao turismo (5%) para o valor do VAB regional que, este sector apesar de se encontrar em expansão manifesta ainda um baixo valor percentual face ao total dos sectores. Existem contudo, as condições necessárias, quer no contexto internacional quer no contexto interno para que a riqueza gerada pelo turismo possa nos próximos anos apresentar um crescimento significativo, fazendo disparar o contributo relativo do sector para a economia regional. A actividade de restauração em franco desenvolvimento, quer no domínio da qualidade quer quanto á diversidade de oferta pode vir a dar forte contributo ao enriquecimento do sector. A implementação de projectos empresariais nas vertentes de sustentabilidade( conjunto de actividades de suporte de atractividade e permanência do turista) é absolutamente necessária para que o crescimento do sector possa ter sucesso, uma vez que, as condições macroeconómicas são agora favoráveis. Conjuntamente, todo o trabalho de planeamento prospectivo deve continuar, pois permite a obtenção de linhas estratégicas de actuação, apontando o caminho e dando assim confiança aos investidores.

Neste sentido, a Certificação do destino e de toda a cadeia de valor do sector, prosseguida pela ERT deverá avançar, dando ao investidor e ao turista motivos de confiança e garantia. Todo o processo de sustentabilidade do turismo precisa de ser suportado pela internacionalização quer através das nossas empresas quer dos destinos que temos para oferecer. Igualmente importante é a diversificação das temáticas de turismo, que devem ser promovidas devido à sua natural qualidade e singularidade, como seja, o turismo de natureza, turismo de saúde, turismo de negócios e outros importantes que o Alentejo pode oferecer, não permitindo distrações quanto a possibilidades de mais e melhores ofertas. A gastronomia é um braço forte do turismo nacional e em particular do Alentejo pelas suas características únicas de confecção e uso de produtos de origem. A enorme fonte de variedade de produtos e o seu uso é quase inesgotável. Sendo este um factor de grande apetência para todos os que nos visitam, pode a gastronomia e tudo o que lhe esteja associado consagrar usos e costumes como fonte de riqueza e criação de valor. O Guia de Restaurantes Certificados do Alentejo composto por 84 restaurantes que conquistaram a Certificação (um selo que garante a excelência tanto dos produtos como do serviço) foi já um bom contributo para a valorização deste património.

Destinos como Elvas são já o resultado muito positivo e evidente das políticas e trabalho coordenado de todos os agentes públicos e privados envolvidos na economia regional. Tendo por base a recuperação do património, a promoção da modernidade urbana, a oportunidade através do reconhecimento do valor patrimonial mundial, a capacidade de tirar partido da sua localização fronteiriça, foram conquistadas condições que estão a levar a cidade de Elvas a demonstrar potencialidades e externalidades positivas conseguindo colocar este concelho numa muito boa posição no contexto regional, como pode ser observado através do gráfico que se mostra de seguida. O concelho de Odemira destaca-se igualmente mas, aqui, são outros os argumentos para tal evidência. É notória a sua elevada capacidade de alojamento. A localização junto ao Atlântico, a existência de forte componente de turismo rural, a gastronomia ligada ao peixe, fornecem-lhe motivos para uma atractividade muito interessante e diferente. Évora, de longe o concelho que mais se destaca em numero de empresas do sector do alojamento e sobretudo em restauração, assenta certamente o seu ponto forte,

na sua atribuição de cidade património mundial, na qualidade representativa ao nível da restauração e na sua centralidade face á região. Existem assim, motivos para continuar a investir no sector, fortalecendo assim o emprego e a consequente dinamização económica nesta região ■

### Nº e Localização das Empresas do sector do Alojamento, Restauração e Similares no Alentejo em 2015



# Programa Operacional Regional

## Investimentos em destaque

### Ficha de Projecto

**Projeto:****Reabilitação da Casa Luís Dias****Beneficiário:****Município De Grândola****Concelho (Localização Física da Operação):****Grândola****Investimento Elegível Aprovado:****€ 49.164****FEDER Aprovado:****€ 41.789****Descrição:**

A presente operação pretende requalificar um imóvel com um importante valor patrimonial, pois trata-se de um edifício histórico e um importante acervo da arquitetura do centro urbano de Grândola;

A proposta de reabilitação e adaptação a serviços municipais deste imóvel não prevê alterações significativas no interior do edifício, porque as necessidades passam por ter uma zona de receção/atendimento, com área de consulta de processos, gabinetes de trabalho e uma zona de arquivo.

Nesse sentido, manter-se-ão as paredes interiores, serão substituídas as escadas de acesso ao sótão, remodeladas as instalações sanitárias e executada uma nova cobertura no armazém/garagem que passará a desempenhar a função de uma área de arrumos dos serviços a instalar no edifício.

Na cobertura da casa, será revisto o isolamento e avaliada a estrutura para introdução de janelas de sótão que permitirão a ventilação e melhor iluminação do espaço, que também é destinado a área de trabalho.

O pátio interior existente é mantido, embora a sua área seja reduzida para a execução de uma pequena copa de apoio e possibilitar o acesso directo da zona de recepção para o arquivo e instalações sanitárias sem passar pelas salas de trabalho, como acontecia na planta original.

**Objetivos**

- Requalificar um imóvel com um importante valor patrimonial, pois trata-se de um edifício histórico e um importante acervo da arquitectura do centro urbano de Grândola;
- Promover a centralização de serviços municipais que se encontram dispersos, melhorando os níveis de eficiência e eficácia dos mesmos;
- Reforçar a aproximação da população aos serviços públicos, aumentando o grau de satisfação dos cidadãos e utentes.

AL  
2020





# Programa Operacional Regional

## Investimentos em destaque

### Ficha de Projeto

#### Projecto:

**ALENTEJO EXPORTAR MELHOR – Valorização dos Recursos da Região Alentejo**

#### Beneficiários:

**NERBE/AEBAL** - Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral (Líder)

**NERE** - Núcleo Empresarial da Região de Évora - Associação Empresarial"

**NERPOR** - Nucleo Empresarial da Região de Portalegre/Associação Empresarial

**SINES TECNOPOLO** - Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama

#### Concelho (Localização Física da Operação):

**Beja, Évora, Portalegre, Sines**

#### Investimento Elegível Aprovado:

**€ 499.404**

#### FEDER Aprovado:

**€ 424.493**

#### Descrição:

O Projecto surge na sequência dos bons resultados alcançados na Operação Alentejo 2015 Exportar+ (ALENT-07-0828-FEDER-001943), executada no âmbito do INALENTEJO 2007-2013, da necessidade de responder aos objectivos da tipologia 'Internacionalização' do SIAC, e ainda de um conjunto de falhas de mercado identificadas nas principais estratégias da região do Alentejo (PO Alentejo 2020 e RIS3 Alentejo), e ainda no Plano de Acção Regional do Alentejo 2020 (PAR Alentejo 2020), na vertente da Internacionalização das actividades económicas da região, a saber:

- Estimular a cooperação interempresarial;
- Induzir dinâmicas de internacionalização no tecido empresarial;
- Diversificar os mercados de exportação.

Assim, foram definidas quatro Acções, que se substanciam num conjunto de actividades que permitirão responder aos problemas enunciados atrás:

1. Dinamização dos sectores / fileiras económicos com maior potencial de internacionalização (smart specialisation), em alinhamento com os Domínios Prioritários da RIS3 Alentejo, através de um trabalho inicial de base territorial descentralizada para identificar empresas com potencial de internacionalização, e na criação de grupos de trabalho sectoriais interempresas, para a promoção da internacionalização dos seus negócios;
2. Desenvolvimento de Plano de Acção para a promoção do consumo de bens e serviços de proximidade, no sector do Turismo, ao nível dos produtos agro-alimentares produzidos na Região, de forma a aumentar o volume de vendas indirectas ao estrangeiro;
3. Identificação e caracterização dos mercados internacionais de destino para os sectores económicos/fileiras prioritários integrados na estratégia de especialização inteligente / RIS3, incluindo a produção de informação sobre os mercados-alvo identificados para os produtos e sectores prioritários definidos no âmbito do Projecto, e ainda na realização de contactos exploratórios para promover a internacionalização desses produtos e serviços junto dos mercados alvo;
4. Programa de Apoio à Internacionalização dos sectores económicos/fileiras prioritários integrados na RIS3 Alentejo, através da definição e elaboração de planos de acção de curto e médio prazo para a Internacionalização das fileiras/sectores prioritários identificados, complementados com Focus Groups para aceleração e prova de conceito de projectos empresariais de internacionalização. Para a concretização de todas as actividades está prevista a realização de um investimento total de EUR 598.031,88, cuja concretização originará um co-financiamento FEDER de EUR 508.327,10, e a necessidade de comparticipação privada de EUR 89.704,78.



O Projecto tem como objectivo central potenciar o sucesso da internacionalização das PME da região através de um melhor conhecimento sobre os mercados, e estimular as iniciativas colectivas de cooperação interempresarial para a internacionalização dos bens e serviços produzidos na Região, assente nos Domínios de Especialização da RIS3 Alentejo, e incidindo sobre quatro mercados internacionais e sobre as fileiras (1) Agro-Alimentar-Vinho (2) Agro-Alimentar-Azeite (3) Agro-Alimentar-Carnes e Enchidos (4) Agro-Alimentar-Outros (5) Turismo (6) Mar (7) Energias e (8) Outros Bens e Serviços ■



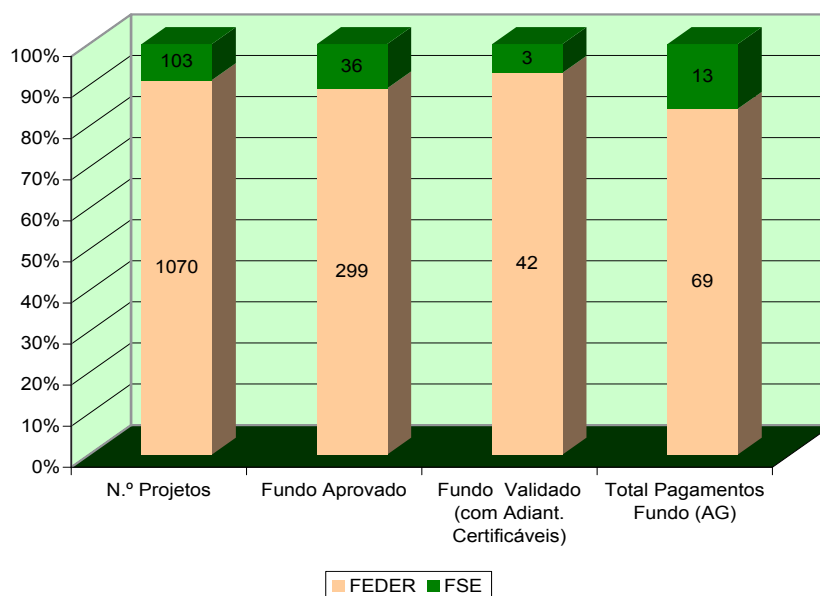


# Programa Operacional Regional

## Síntese da Execução do Alentejo 2020 (31 de Julho de 2017)

Tomando como ponto de partida os dados produzidos pela respetiva Autoridade de Gestão do PO Alentejo, até 31 de Julho de 2017, foram aprovados no âmbito do ALENTEJO 2020, um total de 335 milhões de euros de Fundos Comunitários repartidos por 1173 operações. A maior parte dos quais (91% dos projetos e 89% do Fundo aprovado) aprovados no âmbito do FEDER.

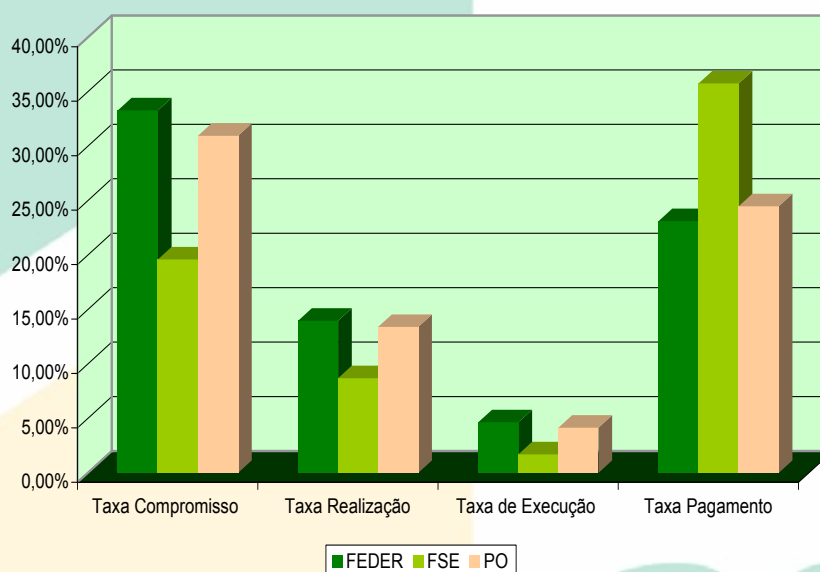
Gráfico – Síntese da execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Também já se comprova que, nesta altura, se encontravam validados cerca de 45 milhões de euros, maior parte deles (93%) no âmbito do FEDER e que já foram pagos a promotores perto de 82 milhões de euros.

Gráfico – Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

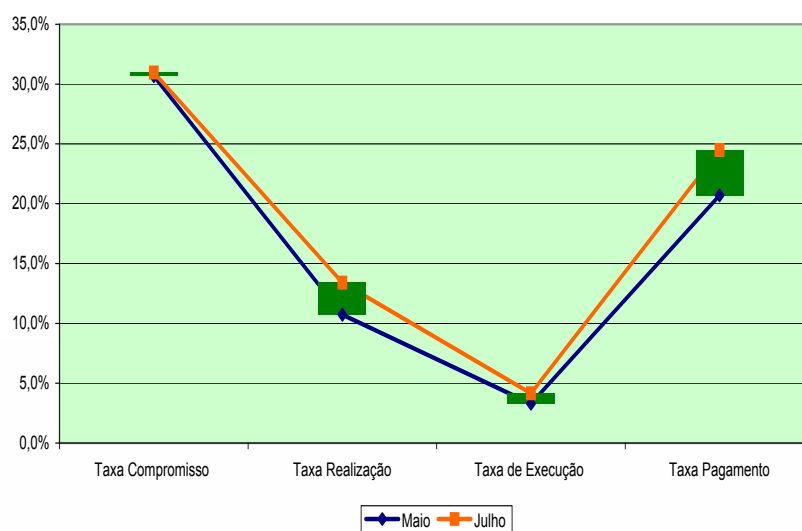
2020

No que concerne à execução do PO em análise, a análise efetuada aos indicadores produzidos permite constatar que este apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo), com valores ligeiramente superiores a 30% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Validado/Fundo Aprovado), Taxa de execução (Fundo Validado/Dotação de Fundo), com valores de 13,4%, 4,2%, respetivamente e valores já consideráveis (25%) na Taxa de Pagamento (Fundo pago/Fundo Aprovado), com particular destaque para o FSE, cuja taxa se situa próxima dos 36%.

Em termos dos Fundos Comunitários presentes no ALENTEJO 2020, tal como seria de esperar o FEDER predomina em todos os indicadores de execução, à exceção da taxa de pagamento na qual predomina o FSE fruto da génese do programa que concede adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

No que reporta à evolução dos indicadores verifica-se que ao longo dos últimos 2 meses há uma evolução positiva em todos os indicadores particularmente visível nas taxas de compromisso e de pagamento. Registe-se que ao nível da taxa de execução há um aumento de 0.9 pontos percentuais que resulta de um esforço de validação que se cifrou em cerca de 10 milhões de euros de Fundo Comunitário no período em análise.

Gráfico – Evolução dos Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020 (Maio - Julho 2017)



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

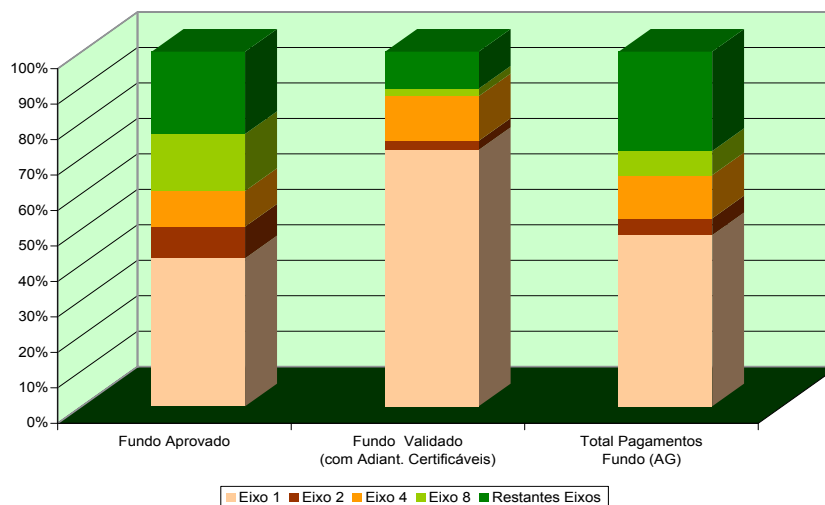
Realizando uma análise mais fina ao nível de Eixo prioritário<sup>1</sup> constata-se que há uma preponderância do Eixo 1 - Competitividade e internacionalização das PME; seja a nível do Fundo Aprovado (42%), como a nível de Fundo Validado (72%), e também ao nível do Fundo Pago (48%), continuando a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.

Além do Eixo 1, a nível de compromissos assumidos também se destacam os Eixos 2 -Ensino e qualificação do capital humano, Eixo 4 - Desenvolvimento urbano sustentável e Eixo 8 - Ambiente e sustentabilidade, perfazendo os 4 Eixos referidos 77% do total de compromissos assumidos ao abrigo do ALENTEJO 2020.

<sup>1</sup> - Eixos Prioritários Alentejo 2020:

1 - Competitividade e internacionalização das PME; 2 - Ensino e qualificação do capital humano; 3 - Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação; 4 - desenvolvimento urbano sustentável; 5 - Emprego e valorização económica de recurso endógeno; 6 - Coesão social e inclusão; 7 - Eficiência energética e mobilidade; 7 - Eficiência energética e mobilidade; 8 - Ambiente e sustentabilidade; 9 - Capacitação institucional e modernização administrativa; 10 - Assistência técnica.

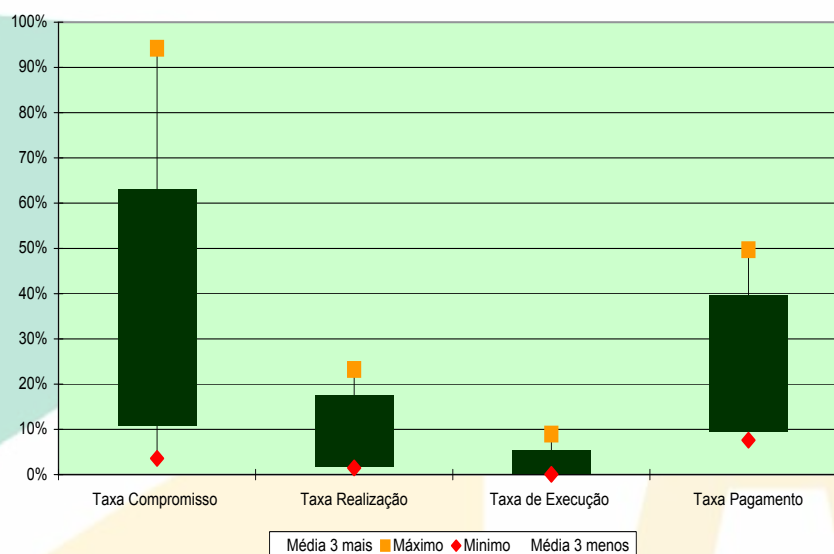
Gráfico – Execução do PO Alentejo por Eixos



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Paralelamente a análise efetuada a nível de indicadores de execução por Eixo prioritário, no que respeita a Taxa de Compromisso verifica-se que o valor máximo observado corresponde ao Eixo 8 e supera os 90%, por sua vez o valor mínimo ocorre no Eixo 5, com apenas 3.6% de Fundo comunitário comprometido. De registar também a grande diferença que se verifica entre a média dos 3 Eixos com maior taxa de compromisso (1, 9 e 10) e os três com menor taxa (2, 7 e 5), indiciando a existência de dinâmicas diferenciadas entre os vários eixos. Por sua vez, relativamente à taxa de realização, os valores são mais modestos, mas ainda assim com destaque para o Eixo 1 que supera os 20%, situando-se no pólo oposto o Eixo 10, com 1.5% de taxa de realização. Também a este nível se verifica a existência de um intervalo considerável entre as médias dos 3 Eixos com taxas mais elevadas (1, 4 e 6) e dos 3 Eixos com taxas menores (8, 5 e 10).

Gráfico - Indicadores de Execução por Eixo Prioritário



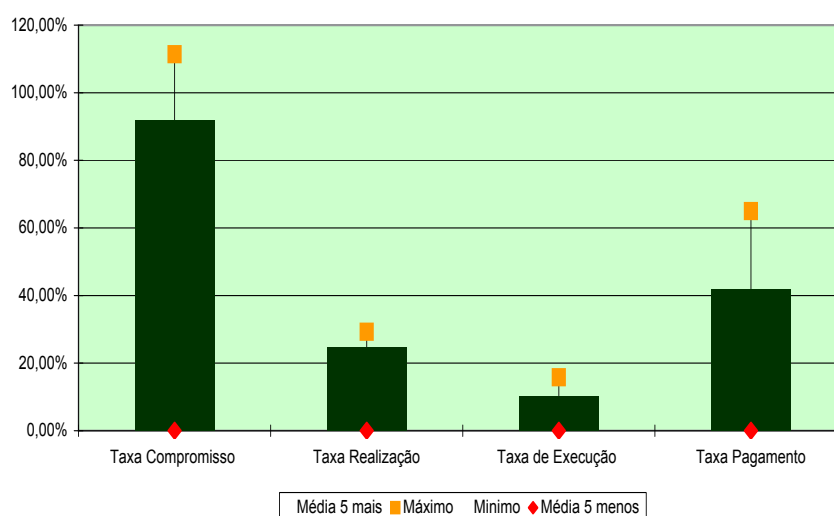
Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

No que concerne à taxa de execução, também se destaca dos restantes o Eixo 1, mas ainda assim com valores próximos dos 9%, no lado oposto encontra-se o Eixo 5 com 0,1% de taxa de execução. A este nível as diferenças registadas entre as médias dos 3 melhores Eixos (1, 4 e 6) e dos três com taxas mais baixas (10, 7 e 5) não são muito consideráveis, uma vez que este indicador tem valores baixos em todos os Eixos Prioritários. Por fim na Taxa de Pagamento, uma vez mais o intervalo entre

as médias dos três Eixos com maior valor (6, 10 e 4) e dos três com menor valor (7, 8 e 5) assume um desnível considerável, facto que está relacionado com a génese de alguns eixos, que concedem adiantamentos aos projetos após aprovação. Neste indicador o valor máximo encontra-se no Eixo 6 com perto de 50% e o valor mínimo vai ser observado no Eixo 5 com perto de 8%

Realizando uma análise semelhante mas envolvendo as Prioridades de Investimento (PI) presentes no ALENTEJO 2020, constata-se que para todas as taxas analisadas existe uma completa coincidência entre os valores mínimos registados para as PI e os valores médios das 5 PI com menores taxas, sendo todos eles iguais a 0%. Indicando que existe um número considerável de Prioridades de Investimento que ainda não foram mobilizadas.

Gráfico - Indicadores de Execução por Prioridade de Investimento



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

A nível da Taxa de compromisso constata-se que o valor mais elevado (111%) encontra-se na PI 3.2 e já supera os 100%, da mesma forma as cinco PI com valores mais elevados de compromisso (3.2, 6.3, 2.3, 6.5 e 9.1), têm todas valores superiores a 80%. No que respeita a taxa de Realização a PI 3.3 apresenta o valor mais elevado com 29% e as cinco PI com valores mais elevados (3.3, 4.5, 9.8, 3.1 e 9.1) situam-se todas entre os 20 e 30% de realização. Por sua vez relativamente à taxa de Execução verifica-se as cinco PI com valores mais elevados (9.1, 3.2, 3.3, 3.1 e 4.5), situam-se no intervalo compreendido entre 6 e 16% com destaque para a PI 9.1 que detém o valor máximo, muito próximo dos 16%. Por fim ao nível da taxa de Pagamento destaca-se das demais a PI 9.1 com 65%, sendo que as restantes PI com valores mais elevados nesta taxa estão situadas num intervalo compreendido entre os 30 e os 40% ■

**2 - 2.3 -** Reforço das aplicações de TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha;

3.1 - Promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas;

3.2 - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita internacionalização;

3.3. Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços;

4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;

6.3 - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural;

6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;

9.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;

9.8 - Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.



